



APLICAÇÕES DO MÉTODO DE VALORAÇÃO CONTINGENTE NO BRASIL: Um estudo de caso das regiões Norte e Nordeste

Leila Divina Cintra¹

Joana D'arc Bardella Castro²

¹Graduanda em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis (GO) PIBIC/UEG, leila89_12@hotmail.com

²Orientadora, docente do curso de Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis (GO). Mestre em Economia de Empresas pela UCB e Doutoranda pela UNB em Economia.

PALAVRAS - CHAVE: Valoração ambiental. Regiões brasileiras. Valoração contingente.

INTRODUÇÃO

O Método de Valoração Contingente (MVC) é uma ferramenta fundamental para determinar o valor monetário de bens que não possui um mercado definido, como é o caso dos recursos naturais. Nas últimas décadas a população teve maior consciência do valor dos recursos ambientais, sendo assim, os pesquisadores utilizam do MVC para mensurar o valor dos recursos naturais, a partir das preferências dos usuários. Assim sendo, o trabalho se justifica pela necessidade de avaliar o valor que está sendo dado aos ativos ambientais nas regiões norte e nordeste.

Este trabalho tem como objetivo avaliar artigos de autores brasileiros que valoraram ativos ambientais na região norte e nordeste do Brasil através o método de valoração contingente para compreender como está sendo usado o método, quais suas adaptações e dificuldades de aplicação.

A aplicação do Método de Valoração Contingente para os ativos ambientais nas regiões norte e nordeste do Brasil apresentam resultados relevantes para o estudo do valor dos ativos ambientais destas regiões?

MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, quanti-qualitativa, descritiva. Segundo Gil (2010) a pesquisa bibliográfica no campo econômico tem a possibilidade de cobrir uma gama de fatos e por sua amplitude é preferível às observações diretas. As palavras de busca são valoração contingente e valoração econômica. Os dados foram tabulados por tipos de

variáveis com o instituição de ensino, valor da DAP, local que foi valorado, ano, estado, vises, cronograma de pagamento, modelo econométrico.

Para bens e serviços que não há mercados é utilizado o método de valoração contingente (MVC) que se baseia na aplicação de questionários e propõe um mercado hipotético para estimar seu valor monetário (ANDRADE, 2011). Uma vez que este método é propício as situações onde não existam valores de mercado e/ou alternativas para realizar substituições (MAY, 1995).

Os recursos ambientais são bens que raramente possui substitutos, segundo Marques e Comune (1995), consequência disso é que não há preço atribuído aos serviços oferecidos por estes. E seu uso desenfreado pode levar a escassez destes recursos.

Segundo RANDALL (1987) o valor econômico do bem ambiental é o somatório do valor de opção, valor de uso e valor de existência. Pessoas que não costumam frequentar parques e similares podem estar disposta a pagar, motivadas por uma opção de bem-estar futura (WEISBROD, 1964).

Há também as pessoas que usufruem dos bens ambientais e usa frequentemente, para contato com a natureza, caminhada, lazer entre outros, sendo considerado o valor de uso desse bem. E, o valor de existência se dá pela necessidade de conservar para uso presente e futuro, pelo bem-estar concedido às pessoas que frequentam ou pretendem conhecer e estar em contato com a natureza e as espécies habitantes (MOTTA, 1995).

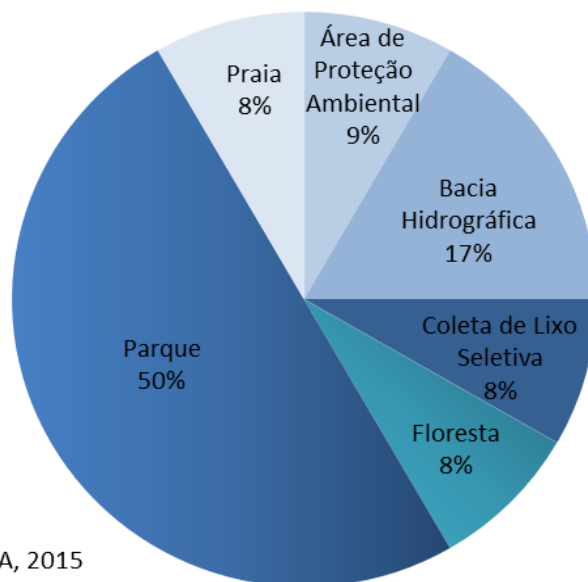
RESULTADOS

O estudo abrange a região Norte e Nordeste do Brasil, ambas são responsáveis por aproximadamente 60% dos estados brasileiros. A região Nordeste é formada pelos estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Bahia e possui uma área de 1.554.257 km² e a região Norte é composta por sete estados, sendo eles, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Tocantins, Acre e Rondônia e sua área é a maior do Brasil com 3.853.397,2 km².

Foram encontrados 12 artigos empíricos que trata se de valoração ambiental nestes estados, no período de publicação entre 2004 e 2014. As informações dos artigos foram analisadas por ano de publicação, universidade, modelo econométrico, vieses apresentados, tamanho da população e amostra, valores das DAP's geral e individual, a entidade responsável para administrar os recursos, o cronograma de pagamento e região valorada.

Os artigos publicados nestas duas regiões foram divididos por objeto de valoração e os parques são os ativos ambientais que mais foram valorados nestas regiões com 50% das pesquisas (Gráfico 1).

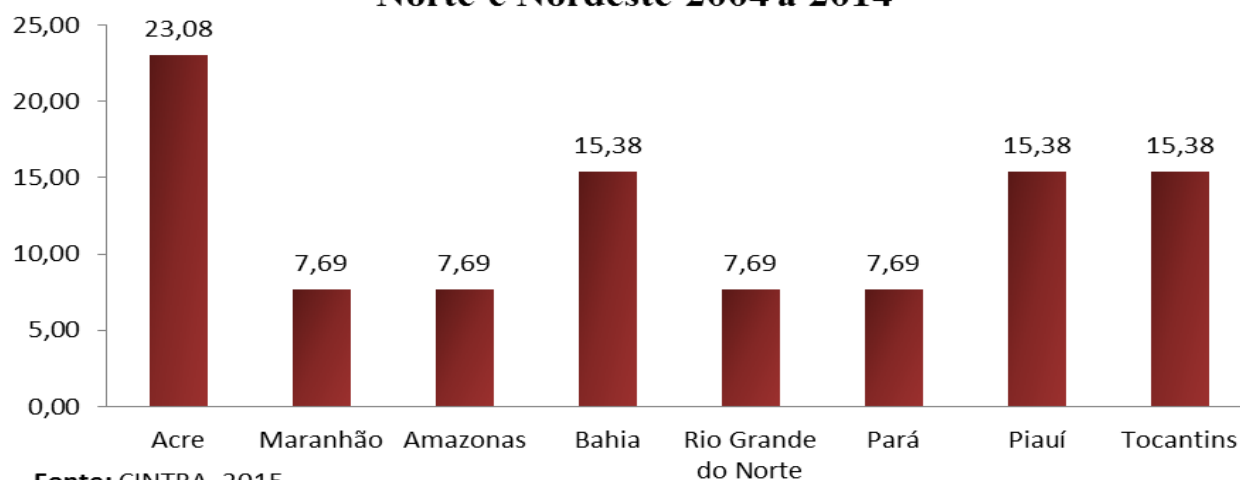
Gráfico 1- Percentual de artigos publicados por objeto de valoração - Região Norte e Nordeste 2004 à 2014



Fonte: CINTRA, 2015

Seguido dos parques estão bacias hidrográficas com 17% das pesquisas, devido à região norte abrigar varias hidrelétricas brasileiras, seguido das áreas de proteção ambiental com 9% e coleta de lixo seletiva, floresta e praia com 8%.

Gráfico 2 - Percentual de artigos sobre valoração ambiental publicado por estado valorado - Região Norte e Nordeste 2004 à 2014

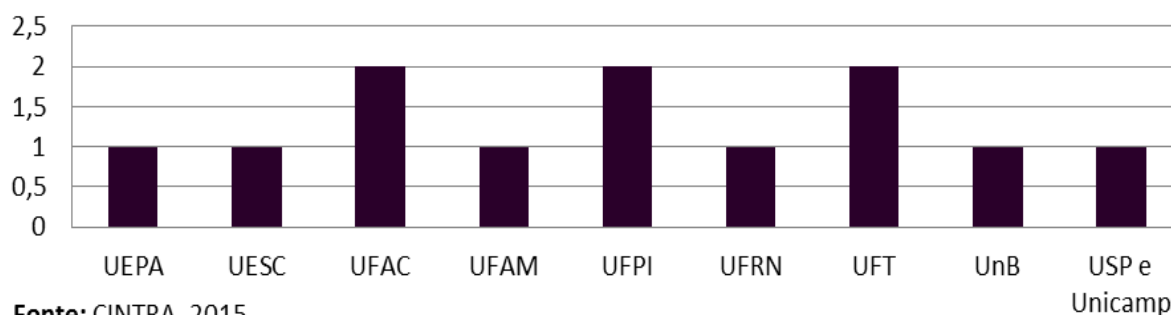


Fonte: CINTRA, 2015

O Acre é o estado com mais estudos de valoração ambiental (Gráfico 2), é responsável por 23,08% dos estudos nesta região, em seguida Bahia, Tocantins e o Piauí com 15,38% e com 7,69% o Maranhão, Amazonas, Pará e o Rio Grande do Norte

Instituições e Universidades de várias regiões do Brasil fazem estudos nas regiões norte e nordeste (Gráfico 3), entre elas Unicamp (SP), USP (SP). A universidade Federal do Acre, a Universidade Federal do Tocantins e a Universidade Federal do Piauí são as que possuem o maior numero de pesquisas com aplicação do MVC.

Gráfico 3- Artigos sobre valoração ambiental publicados por Instituição - Brasil - 2004 à 2014



Fonte: CINTRA, 2015

CONCLUSÃO

As regiões Norte e Nordeste juntas compreendem mais da metade dos estados brasileiros, sendo a primeira região conhecida por abrigar florestas e matas fechadas e a outra por suas fortes secas e suas praias que atraem milhares de turistas de todo mundo, desse modo, as pesquisas de valoração na região Norte são mais voltadas aos parques e florestas e da região Nordeste para as praias.

A população é consciente da necessidade de manutenção e preservação dos recursos ambientais, porem, considera como obrigação do governo e prefeitura manter esses recursos, uma vez que, o dinheiro pago em impostos deve ser destinado a essas ações.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rodrigo Bomfim de. Introdução ao método de valoração contingente: *teoria, potencialidades e limitações*. Universidade de Brasília: Congresso PET-Economia, 2011.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, João Fernando e COMUNE, Antônio. Quanto Vale o Ambiente: *Interpretações sobre o Valor Econômico Ambiental*, XXIII Encontro Nacional de Economia, 12 a 15 de dezembro de 1995.

MAY, P. H. Aplicação de técnicas de avaliação econômica ao ecossistema manguezal. In: *Economia ecológica: aplicações no Brasil*. Campus, Rio de Janeiro, 1995.

MOTTA, R.S. Da. *Contabilidade ambiental: teoria, metodologia e estudos de casos no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

RANDALL, A. *Resource economics: an economic approach to natural resource and environmental policy*. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1987.

WEISBROD, B.A. Collective consumption services of individual consumption goods. *Quarterly Journal of Economics*: Boston, 1964.